

## Segurança jurídica II

# Mudanças no Código Florestal

COM 11 alterações em seu texto, as dificuldades de cumprimento do Código Florestal, vigente desde 1965, ficaram aumentadas. Muitos agricultores e pecuaristas desmataram antes mesmo da criação das leis que instituíram, por exemplo, o aumento dos percentuais de áreas de reserva legal. Nesses casos, como preservar o direito adquirido?

Deputados estaduais de todo o País reuniram-se na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília, no final de abril, para envolver os estados no debate sobre a reformulação do Código Florestal, em vigência há 44 anos.

A presidente da entidade, senadora Kátia Abreu, usa como argumento o que prevê o Artigo nº 24 da Constituição Federal: “o meio ambiente é um dos temas de competência concorrente do dispositivo, ou seja, cabe à União definir as linhas gerais, enquanto os detalhes das normas, levando em conta as peculiaridades de cada região, ficariam nas esferas estaduais e municipais. Devemos respeitar o pacto federativo e passar estas atribuições aos governadores, às assembleias legislativas, ouvindo os órgãos de pesquisa dos estados para que a ciência paute as discussões, completa”.

Como ajudam a nortear os debates sobre a formulação de um código ambiental mais amplo e consistente do que um florestal, das três esclarecedoras palestras apresentadas, algumas reflexões importantes merecem ser mencionadas, como:

- Palestra 1 – pesquisador Gustavo Ribas Curcio, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), sobre Áreas de Preservação Permanente (APPs):

“Os fatores como o declive da margem do rio, a profundidade e a qualidade do solo, devem ser levados em conta na hora de definir o que deve ser plantado em áreas de encosta”. “Quanto aos topos de morro, não há definição clara deste conceito. O Código Florestal não define essas características nem as potencialidades e fragilidades das paisagens.”

- Palestra 2 – pesquisador Evaristo Miranda, também da Embrapa, a respeito do alcance territorial da legislação ambiental:

“71% do território nacional estariam comprometidos com terras indígenas, unidades de conservação, Áreas de Reserva Legal e APPs. Os 29% restantes seriam des-

tinados à produção rural, cidades e infraestrutura. Pode um país ter este balanço?”

- Palestra 3 – professor Roger Stiefelmann, da Universidade de São Paulo (USP), sobre a competência dos estados na legislação ambiental:

“Com base no Artigo nº 24 da Constituição Federal, as matérias relativas ao meio ambiente são de competência concorrente, ou seja, a União define as normas gerais e os estados decidem sobre as peculiaridades das regiões.”

Um ponto ficou bem claro: os argumentos científicos e jurídicos que devem reger as discussões na reformulação do Código Florestal. Logo, da forma como se apresenta, o Código Florestal inviabiliza a prática da agricultura,

A criação de um novo código ambiental estadual conta com a reação positiva de alguns estados. Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal são algumas das unidades federativas que se manifestaram favoravelmente à proposta. Santa Catarina sancionou suas normas em 13 de abril último.

As propostas para a elaboração do código devem começar a ser discutidas na próxima semana entre os parlamentares. ■

## Averbação de Reserva Legal

O Decreto 6514, publicado em julho a pretexto de regulamentar a Lei de Crimes Ambientais (9605/98), determinava para 22 de janeiro, o prazo final para produtores rurais averbarem as áreas de Reserva Legal de suas propriedades.

Com a publicação na data (11/12) no *Diário Oficial da União*, em 11 de dezembro de 2008, do Decreto 6686, os dispositivos do Decreto 6514 foram alterados e estendidos para 11 de dezembro de 2009.

A Reserva Legal determina os percentuais de vegetação nativa que devem ser conservados nos imóveis. Os índices são de 80% na Amazônia, 35% no Cerrado e de 20% nos outros biomas.

O Decreto 6686 também determinou a suspensão, também até 11 de dezembro deste ano, dos embargos impostos diante da ocupação irregular de áreas de reserva legal não registradas, mediante apresentação de protocolo por quem manifestar interesse em regularizar sua situação. O novo texto também define que os embargos a obras ou atividades são limitados apenas aos locais onde foram caracterizadas as infrações ambientais, não sendo aplicáveis ao restante das propriedades.

O Decreto 6.686 prevê diversas multas expropriatórias para o produtor rural em caso de descumprimento da legislação. Estão passíveis de punição cinco milhões de produtores, principalmente pequenos produtores e assentados, que se instalaram em suas propriedades antes das leis.